

PLANO DE GOVERNO

CAMPOS 2025/2028

Alexandre Buchaul
(CANDIDATO A PREFEITO)

Isaac Vieira
(CANDIDATO A VICE-PREFEITO)

“Liberdade pra Fazer o Novo”

APRESENTAÇÃO

Vimos para construir uma CAMPOS que ofereça oportunidades de vida digna aos Campistas, uma cidade em que tenhamos orgulho de viver e constituir nossas famílias.

Nosso povo merece ser LIVRE, assim Deus nos fez, e só sendo agraciados com essa liberdade, é possível a verdadeira prosperidade.

Nesse sentido, só temos a oportunidade de sermos verdadeiramente livres se os ambientes urbanos forem férteis para o desenvolvimento das nossas capacidades e a convivência pacífica entre os mais diversos estilos de vida.

Para além das abstrações teóricas por trás dos grandes temas da política nacional, a experiência humana acontece no ônibus lotado, nas praças, nas feiras de rua, nas calçadas.

O populismo que nos escraviza precisa ser banido da nossa bela planície Goitacá e dar lugar a um governo que respeite nossas tradições, vocações e anseios.

As pessoas precisam ser ouvidas! Para prosperar é necessário receber as demandas da sociedade, considerar a capacidade organizativa e de autogoverno das entidades da sociedade civil.

Queremos uma cidade melhor e estamos dispostos a construí-la, tijolo por tijolo, dia após dia e sem descanso, até que vejamos ressurgir no peito de cada campista o orgulho de ser fruto dessa terra.

O NOVO veio para ficar!

Alexandre Buchaul e Isaac Vieira

EIXOS TEMÁTICOS

1. Geração de Emprego, Renda e Competitividade;
2. Desburocratização e Empreendedorismo;
3. Educação, Cultura e Esporte;
4. Saúde e Qualidade de Vida;
5. Assistência Social e Segurança Alimentar;
6. Segurança Pública;
7. Planejamento Urbano, Infraestrutura e Habitação;
8. Transporte Público e Mobilidade;
9. Eficiência, Orçamento e Controle;
10. Transparência e Combate à Corrupção;

1 Geração de Emprego, Renda e Competitividade

“O melhor programa social que existe é o emprego.”
Ronald Reagan

O campista assiste há décadas maus gestores desperdiçarem os vultosos recursos dos royalties e participações especiais, as receitas extraordinárias do petróleo. Vê perpetuadas as mazelas em ciclos de pobreza e dependência que se repetem geração após geração.

ESTAMOS AQUI PARA POR UM FIM NISSO, PARA FAZER O NOVO E DAR DIGNIDADE À NOSSA GENTE.

1.1 Utilizar o Índice de Concorrência dos Municípios, do Governo Federal, como uma lista de recomendações a serem implementadas para tornar a cidade mais competitiva.

1.2 Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.

1.3 Vamos reestruturar o distrito industrial, resgatando sua vocação e dando condições adequadas às empresas já lá instaladas e tornando o espaço mais atrativo para a instalação de novas empresas.

1.4 Vamos facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis, realizando a busca ativa de vagas e mantendo atualizado o banco de dados do balcão de empregos.

1.4.1 Realizaremos o cruzamento de informações do balcão de empregos, com as informações sobre os egressos dos cursos de qualificação e os inscritos nos programas de assistência social.

1.5 Vamos implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município; cuidaremos para que os inscritos nos programas sociais estejam participando de programas de qualificação.

1.6 Vamos reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.

1.7 Vamos ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo a eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade através do **GABINETE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS** da prefeitura.

1.8 Vamos pleitear a implantação de Zonas de Processamento de Exportação, que simplificam o processo burocrático e tributário de operar empresas que se dedicam exclusivamente à exportação de bens e serviços.

1.9 Vamos manter a infraestrutura adequada para o escoamento de produção, seja através da prefeitura, de convênios com o governo estadual ou de programas que viabilizem investimentos privados no ativo público, como por meio de doações dos empresários locais com a compensação em taxas ou tributos devidos ao município ou na compensação, mitigação, de impactos de empreendimentos a serem instalados no município.

2 Desburocratização e Empreendedorismo

“O respeito ao produtor de riqueza é o começo da solução da pobreza.”
Roberto Campos

2.1 Aprovar e implementar efetivamente a Lei de Liberdade Econômica no município, reduzindo ou eliminando a necessidade de alvarás, instituindo o conceito de baixo risco e simplificando a abertura e a operação de empresas.

2.1.1 Vamos eliminar a duplicidade de alvarás e licenças para atividades semelhantes realizadas no mesmo espaço físico.

2.1.2 Vamos estabelecer prazos para liberações de licenças e, caso descumprido pela prefeitura, a licença estará automaticamente concedida.

2.1.3 Vamos integrar todos os serviços necessários às empresas em um único lugar, a **CASA DO EMPREENDEDOR**, sejam presencialmente ou no ambiente virtual através do **APP CAMPOS FÁCIL**, todas as necessidades das empresas e dos empreendedores referentes aos seus negócios estarão facilmente acessíveis.

MENOS BUROCRACIA GERANDO MAIS OPORTUNIDADES E EMPREGOS.

2.2 Vamos estabelecer parcerias para oferecer educação e suporte aos agricultores, especialmente os pequenos produtores, em técnicas de manejo, melhoramento genético de rebanhos, melhoramento de pastagens e cultivos e gestão de negócios e participação em licitações e programas de exportação.

2.3 Reduzir as barreiras para instalação de infraestrutura necessária para internet e telecomunicações em todo o território do município.

2.4 Implementar medidas de incentivo à formalização, como a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, abertura econômica ou a educação da população para o empreendedorismo.

2.5 Buscar receitas extraordinárias com ações como concessões, privatizações, venda de patrimônio, *naming rights* (concessão legal para nomear um evento ou local específico), emendas parlamentares e investimentos dos governos estadual e federal.

3 Educação, Cultura e Esporte

“A igualdade de oportunidades é mais importante do que a igualdade de resultados.”
Milton Friedman

Uma gestão pública que respeite verdadeiramente seu povo se preocupa com o futuro dos filhos desta terra. Entregar uma educação ruim é roubar o futuro, roubar a esperança de dias melhores aos nossos filhos.

3.1 Vamos garantir transparência nas filas de espera para creches e escolas, através do **APP CAMPOS FÁCIL**, no app também serão feitas as inscrições, solicitações de vagas e transferências.

3.2 Programa **ACELERA CAMPOS**,

3.2.1 Vamos desenvolver e implementar uma política de escolas comunitárias nas quais a prefeitura contratará serviços da rede privada para gerenciar e operar unidades escolares inteiras, **Parcerias Público Privadas**.

3.2.2 Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

3.2.3 Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a Educação e recuperação das habilidades de leitura e escrita.

3.2.4 Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas.

3.2.5 Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento.

3.2.6 Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.

3.2.7 Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, reforma das escolas existentes ou construção de novas, quando necessário, e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.

3.3 Implementar um processo seletivo transparente e baseado em critérios técnicos para a nomeação de diretores de escolas, seguindo as diretrizes do FUNDEB.

3.4 Assegurar o alinhamento do currículo municipal às expectativas de aprendizagem previstas no conteúdo programático, documentos normativos e na legislação.

3.5 Qualificar a equipe da secretaria, com a participação de especialistas em educação, para implantação de mecanismos de gestão pedagógica.

3.6 Apoiar e criar incentivos para que a direção da escola, com o apoio da coordenação pedagógica, acompanhe os planos de aula desenvolvidos pelos docentes, garantindo a aderência ao currículo estabelecido.

3.7 Registrar, se possível de forma digital, os documentos de acompanhamento dos planos de aula criando, assim, um arquivo para acompanhar o cumprimento do currículo e viabilizar ações de aprimoramento da gestão curricular.

3.8 Oferecer formação continuada à coordenação pedagógica e docentes sobre elaboração e uso de escopo e sequência e planos de aula.

3.9 Garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os **RESULTADOS NO APRENDIZADO DOS ALUNOS** e o tempo dedicado à sala de aula.

3.10 Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.

3.11 Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade e otimização dos recursos.

3.12 Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.

4 Saúde e Qualidade de Vida

“Valor não é intrínseco; não reside nas coisas. Valor está dentro de nós; é a forma com que o indivíduo reage às condições de seu ambiente.”

Ludwig Von Mises

A secretaria de saúde precisa entregar resultados de forma eficaz e precisa fazer isso tendo o maior resultado possível para cada real investido. Nessa premissa se mostra absolutamente necessário melhorar os indicadores que hoje são insuficientes e fazer com que uma saúde que já gasta muito, entregue resultados condizentes com o tamanho do investimento que recebe.

4.1 Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica.

4.2 Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde.

4.3 Estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos, que os pedidos sejam realizados em tempo hábil para garantir abastecimento.

4.4 Estabelecer parcerias público-privadas para a construção e administração de Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde e hospitais municipais com o objetivo de expandir e aprimorar a infraestrutura de saúde.

4.5 Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais.

4.6 Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União, entregando os medicamentos dos usuários crônicos de forma programada e sem que precisem de deslocamentos adicionais além dos previstos para as consultas e procedimentos.

4.7 Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.

4.8 Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde. Com uma ouvidoria unificada que evite corporativismo.

4.9 Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares

e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.

4.9.1 Estabelecer programa de cuidados preventivos e manutenção da saúde através da atuação do programa saúde da família, melhorando indicadores importantes para a avaliação da saúde do município.

4.10 Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associada a equipamentos e tele laudo.

4.11 Formar parcerias com o setor privado para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.

4.12 Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde. Através do programa saúde da família.

4.13 Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (Point of Care) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica.

4.14 Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde (UBS 10x7), diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora.

4.15 Desenvolver e implementar um sistema de alerta rápido para a detecção e manejo eficiente de surtos de doenças relacionadas à contaminação de alimentos e produtos.

4.16 Organizar campanhas educativas sobre segurança alimentar e combate a vetores de endemias, a fim de promover práticas mais seguras de manipulação e consumo de alimentos e manejo de materiais. Incluindo um programa de economia doméstica nas escolas.

4.17 Implementar programas eficazes de controle de vetores, como mosquitos, que são responsáveis pela transmissão de doenças como dengue, *zika* e *chikungunya*, buscando reduzir a incidência dessas doenças, com a incorporação de tecnologias e envolvimento de outros setores da saúde no município.

4.18 Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna. Estabelecer um programa de vacinação nas escolas, nas empresas e nos terminais de transporte urbano de forma a atingir o mínimo exigido de cobertura vacinal.

5 Assistência Social e Segurança Alimentar

“A menor minoria na Terra é o indivíduo. Aqueles que negam os direitos individuais não podem se dizer defensores das minorias.”
Ayn Rand

Campos passa por uma explosão no número de moradores de rua, tem quase metade da população inscrita no Cadastro Único, alta informalidade no trabalho e baixos salários. Este cenário exige políticas de assistência social eficientes e que sejam constantemente submetidas a avaliação e ajustes.

5.1 Elaborar um diagnóstico sócio territorial para mapear as necessidades e potencialidades dos territórios, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.

5.2 Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.

5.3 Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.

5.4 Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.

5.4.1 cadastrar restaurantes e assistidos para que possam ter acesso a alimentação próximo a seus locais de moradia, descentralizando a assistência.

5.5 Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.

5.6 Estabelecer parcerias entre o setor privado e organizações do terceiro setor, em conjunto com políticas de trabalho, emprego e renda, para desenvolver e implementar programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade.

5.7 Criar redes de apoio integradas, em parcerias com outras secretarias, órgãos públicos e terceiro setor para acolher mulheres, crianças, idosos, imigrantes e outras populações em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo abrigo, aconselhamento, assistência jurídica e programas de reintegração social.

5.8 Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas.

5.9 Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas.

6 Segurança Pública

“Liberdade e responsabilidade são inseparáveis.”
Friedrich Hayek

Precisamos garantir a segurança dos nossos cidadãos. Isso é questão básica para que se possam desenvolver quaisquer outras políticas. Para ir à escola, para trabalhar, para empreender e para ter momentos de lazer é preciso contar com o mínimo de segurança.

GARANTIR A SEGURANÇA DE NOSSAS FAMÍLIAS E O DIREITO À PROPRIEDADE É NOSSA PRIORIDADE!

6.1 Instituir um Observatório de Prevenção da violência, responsável pelo levantamento de dados conectados à criminalidade na cidade e pela coordenação de políticas públicas com as forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.

6.2 Elaborar um mapa de pontos de calor do crime a partir dos Boletins de Ocorrência, apontando áreas com altos índices de criminalidade, para fundamentar intervenções coordenadas com a área de segurança, urbanismo e zeladoria, assistência social e outros órgãos relevantes da gestão municipal, ou em nível estadual ou federal.

6.3 Compartilhar o mapa de pontos de calor do crime e de áreas com altos índices de criminalidade com a população e outras forças de segurança.

6.4 Aprimorar os canais de denúncia e comunicação com a população, tornando-os mais acessíveis e conhecidos.

6.5 Estruturar intervenções integradas de prevenção ao crime, em cooperação com as áreas de cultura, educação, saúde, assistência social e com as forças de segurança.

6.6 Em conjunto com as forças de segurança, implementar intervenções tecnológicas e rotinas de patrulhamento nas áreas de alta criminalidade mapeadas como pontos de calor do crime.

6.7 Autorizar/incentivar que associações de moradores formalmente registradas, empresas e particulares possam implementar estrutura física de monitoramento e segurança, bem como contratar serviços de vigilância privada que atuem em conjunto com as forças de segurança.

6.8 Remanejar a estrutura existente da prefeitura para formar um corpo especializado dedicado a questões de segurança urbana com o objetivo de desenvolver, implementar e gerenciar políticas e estratégias de prevenção ao crime na cidade, trabalhando em colaboração com outras entidades e forças de segurança.

6.9 Tornar eficiente o Centro de Controle Operacional para coordenar as ações, reunir e analisar informações, e alinhar políticas públicas de segurança com forças de segurança e os serviços de emergência.

6.10 Dar a Guarda Municipal a função de segurança que ela pode ter, implementar as capacidades concedidas na Lei Federal 13.022/2014, que regulamenta as Guardas Municipais, para que possam desempenhar um papel mais ativo na promoção da segurança nos ambientes urbanos.

6.11 Autorizar o corpo existente da Guarda Municipal a fiscalizar o comércio de produtos com alto risco de ser produto de receptação, combatendo a lucratividade do crime.

6.12 Mapear áreas em risco de alagamento, desabamentos de morros e encostas, vendavais e outras incidências em potencial e elaborar planos de contingência para os casos de ocorrências que afetem as regiões mapeadas.

6.13 Implementar intervenções de desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de segurança e prevenção, como estabilização de encostas, manutenção e expansão do sistema de drenagem.

6.14 Implementar um sistema de notificação de tempestades, alagamentos e outros riscos que emita alertas para moradores da cidade e das áreas de risco.

6.15 Capacitar a equipe de segurança municipal e demais órgãos relacionados e promover programas de educação e conscientização para a atuação em caso de desastres naturais.

7 Planejamento Urbano, Infraestrutura e Habitação

“Aqueles que estão pedindo mais interferência do governo estão pedindo, em última instância, mais coerção e menos liberdade.”

Ludwig Von Mises

7.1 Implementar um programa de regularização fundiária, com custos reduzidos para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua *habite-se*, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados.

7.2 Reduzir a complexidade dos códigos de posturas, construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos.

7.3 Revisar as leis de zoneamento urbano vigentes, revisá-las a partir de critérios de perturbação, poluição, risco e necessidade de adaptações específicas da cidade, com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.

7.4 Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade.

7.5 Propor alterações e aplicação da legislação de retrofit ou requalificação de construções antigas, simplificando os processos de autorização para reformas e reabilitações de edifícios antigos ou degradados e revisando os tombamentos de prédios históricos com objetivo de garantir a viabilidade econômica do centro histórico, garantindo reais benefícios e garantias que viabilizem os empreendimentos.

7.6 Revitalizar centros urbanos por meio da facilitação do processo de demolição de edifícios e da construção de novas estruturas com maior área ou altura no mesmo terreno e pela promoção de hasta pública de imóveis abandonados.

7.7 Permitir que imóveis no centro histórico que não estejam com indicações de tombamento ou preservação de fachada, possam ser demolidos e reconstruídos sem perder as características originais de recuos frontais, laterais e ventilação.

7.8 Promover, com a participação efetiva das empresas do segmento imobiliário e instituições de classe, uma reestruturação e modernização do Código de Obras, regulamentando corretamente a Outorga Onerosa e restabelecendo os limites de número de pavimentos dos condomínios residenciais e corporativos verticais, possibilitando a otimização do potencial construtivo de áreas estratégicas da cidade.

8 Transporte Coletivo e Mobilidade

“A finalidade da lei não é abolir ou conter, mas preservar e ampliar a liberdade.”
John Locke

8.1 Empregar técnicas de mapeamento, incluindo georreferenciamento, para redesenhar, se for o caso, ou aprimorar a expansão da rede de transporte coletivo, integrando linhas alimentadoras e linhas troncais por meio de terminais, gerando maior eficiência.

8.2 Contratar separadamente o fornecimento dos veículos, o serviço de bilhetagem, a operação das linhas de ônibus e a operação dos terminais, visando reduzir a assimetria de informação da Prefeitura e ampliar a capacidade e a eficiência da gestão dos serviços de transporte público coletivo.

8.3 Revisar contratos e subsídios das empresas de transporte atuais, realizando auditorias para uma aferição mais precisa do número de passageiros e verificando a eventual existência de ineficiências, irregularidades e descumprimento de cláusulas contratuais, além da qualidade geral dos serviços prestados.

8.4 Permitir a exploração de publicidade nos ônibus e pontos de ônibus e reverter as receitas do estacionamento rotativo para a tarifa do transporte público coletivo.

8.5 Revitalizar terminais de ônibus e metrô por meio de projetos que ampliem as atividades comerciais e culturais oferecidas aos usuários do transporte coletivo.

8.6 Incentivar o uso de modais como a bicicleta, através da implementação de ciclo faixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.

8.7 Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego.

8.8 Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções.

8.9 Implementar intervenções urbanísticas para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.

8.10 Elaborar parcerias com institutos especializados para o diagnóstico da segurança no trânsito e planejamento de intervenções.

9 Eficiência, Orçamento e Controle

“Não há nada mais estratégico para qualquer país do que comida, mas nem por isso os governos devem sair por aí plantando batatas.”

Margaret Thatcher

9.1 Realizar uma revisão completa da estrutura administrativa, com o objetivo de reduzir e racionalizar o número de secretarias e otimizar a estrutura da gestão municipal, promovendo maior eficiência.

9.2 Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho.

9.3 Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados.

9.4 Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.

9.5 Realizar processo seletivo para cargos de livre nomeação, visando atrair profissionais competentes para as funções e mitigando as indicações meramente políticas.

9.6 Mapear funções, atividades e processos para avaliar o emprego da força de trabalho e identificar ineficiências, sobreposições e oportunidades.

9.7 Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.

9.8 Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.

9.9 Realizar um inventário completo do patrimônio imobiliário da prefeitura, avaliando cada imóvel quanto à sua subutilização ou desocupação e realizando a venda de todos que possam ser melhor aproveitados diretamente pela sociedade.

9.10 Revisar os contratos em vigor, priorizando os de maior valor, racionalizando as despesas e aumentando a eficiência do gasto público.

9.11 Identificar os principais potenciais, desafios e entraves da cidade em colaboração com entidades empresariais, sociais e institutos de pesquisa.

9.12 Criar uma visão de longo prazo para a cidade, estabelecendo metas atingíveis e criando diretrizes para ações, respeitando a liberdade de mercado e individual.

9.13 Elaborar e implementar um plano de ação que remova os entraves identificados, permitindo o livre desenvolvimento das potencialidades da cidade.

9.14 Construção de grande sede administrativa no centro principal da cidade, negociando a área do CAJAA através de incorporação e permuta física, que contará com um centro comercial integrado ao grande centro.

9.15 Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.

9.16 Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.

9.17 Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões.

9.18 Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.

9.19 Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.

9.20 Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.

9.21 Renegociar e reestruturar dívidas com credores, buscando zerar o estoque de dívidas da prefeitura.

9.22 Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade.

9.23 Atualizar a planilha de valores de referência do IPTU, reduzindo a alíquota geral do IPTU para que não ocorra aumento da carga tributária para a população.

9.24 Revisar o cálculo de taxas municipais para usar indicadores e cálculos modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.

10 Transparência e Combate à Corrupção

“Todos querem viver às custas do estado e se esquecem que o Estado vive às custas de todos.”
Frederick Bastiat

Corrupção e incompetência são os grandes problemas da gestão pública no Brasil. Em nosso governo faremos o controle de cada um dos processos com um sistema rigoroso de *compliance* e *accountability* para impedir, identificar precocemente e punir os casos de desvio tão rapidamente quanto possível. Nosso objetivo é ser referência no combate à corrupção no Brasil.

10.1 Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.

10.2 Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção. A conhecida criação de dificuldade para venda de facilidades.

10.3 Dar transparência ao cálculo do IPTU e de taxas municipais, apresentando no próprio carnê a base de cálculo completa da cobrança e o histórico de reajustes dos últimos 3 anos, para que a população entenda a cobrança, e dificultar aumentos de arrecadação via mudanças ocultas no cálculo interno.

10.4 Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública, transparência e controle.

10.5 Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.

10.6 Aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa por meio da atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a regulamentação aplicável, com linguagem simples e acessível ao cidadão leigo.

10.7 Aperfeiçoar os mecanismos de transparência passiva por meio da implementação de canal específico que possibilite ao cidadão requisitar e receber informações e documentos, acompanhar prazos e apresentar recursos por meio eletrônico, garantindo sua privacidade.

10.8 Estabelecer um canal de denúncias para que cidadãos e servidores possam reportar irregularidades de forma anônima, com a possibilidade de apresentar provas. Esses canais

deverão ser monitorados por um corpo investigativo independente e sujeitos a auditorias externas.

10.9 Definir e implementar critérios e procedimentos específicos para a ocupação de cargos e funções comissionadas, promovendo a nomeação de agentes com experiência profissional e acadêmica compatíveis com as necessidades públicas e vedando a nomeação de agentes em conflito de interesse.

10.10 Investigar denúncias e fiscalizar contratos em andamento, tanto da gestão atual como das passadas, com indícios de irregularidades e avaliar a possibilidade de contratar auditorias privadas.

10.11 Centralizar o processo de compras e aquisições em uma única área ou secretaria especializada, com treinamento para a equipe e ferramentas de fiscalização dos processos, reduzindo o espaço para a corrupção.

10.12 Estruturar o novo sistema de controle interno baseado no manual orientativo do Tribunal de Contas do RJ, publicado em 2017, que teve sua origem nas publicações da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil, a ATRICON, estruturando o modelo de controle interno com base nas suas macrofunções: auditoria governamental, controladoria, corregedoria, ouvidoria, combate à corrupção e transparência.